AVEIRO, 28 DE OUTUBRO DE 1972 * ANO XIX * N.º 934

Litoral

Director e Editor — David Cristo ★ Administrador — Alfredo da Costa Santos Proprietários — David Cristo e Francisco Santos ★ Redacção, Administração, Composição e Impressão na Tipografia «A Lusitânia», Rua do Sargento Clemente de Morais, 12 — Telef 23886 — AVEIRO

A ALEMANHA FEDERAL E A CRIANÇA

MARIA LUÍSA RAMOS

ESCREVIA em 1968 que seria simplificar muito dizer-se que a Alemanha, campo de rivalidades entre os Aliados que lá mantinham as suas bases, era uma plataforma de oposição, em guerra fria, entre Leste e Oeste. Mas a verdade é que, apesar do grande progresso económico que verifiquei, se sentia um clima de pós-guerra naquele país: uma desconfiança permanente, a todas as esquinas, contra o «estrangeiro»; tropas de ocupação e funcionários U. S. A. cruzando ruas com ar de «quero, posso e mando»; a reconquista de um «modus vivendi» nacional feita ao arrepio de outras maneiras de viver, de condicionalismos de ordem vária, a que não seriam estranhas as influências de outros países, porventura, — certamente que sim, — algumas pressões. Como estranhar, pois, que o alemão nos recebesse com um ar de desconfiança, que mal se tranquilizasse quando sabia que não éramos «americanos» mas portugueses, e que, mesmo assim, continuasse a observar-nos desconfiadamente? Como estranhar que, ao fazermos uma visita de estudo aos seus **Kindergarten**, nos recebesse, sobretudo de princípio, com uma quase hostilidade, mau grado nos fazermos acompanhar da nossa credencial portuguesa?

O **Vielen Danke** finalmente dito, mas já cansado. O repetir do «In Portugal besuche ich ein Kurze zeit hospitieund mochte gern hier einen deutschen Kindergarten besuchen»; o repetir do «Konte ich ein Kurze zeit hospitieren, und wurden Sie sein Informatiousmaterial geben?»; o repetir de um sorriso, a estereotipar-se já, e a forçar es-

Continua na página três

FILIPE ROCHA

«Condicionamentos de Liberdade Humana» é o título de um curso de questões especiais que o Padre Dr. Filipe Rocha, professor do Seminário de Santa Joana Princesa, irá leccionar na Faculdade de Filosofia de Braga.

Filipe Rocha — que prepara a tese do seu doutoramento em Filosofia — é já respeitado nome nos domínios da Cultura portuguesa, tantos e tão valiosos têm sido os estudos saídos da sua pena, alguns deles, muito desvanecedoramente para nós, dados à estampa nestas colunas.

Sabemos de antemão que o Padre Dr. Filipe Rocha honrará a nova cátedra que, agora e em boa hora, lhe foi confiada.

ACONTECEU... FOTÓGRAFOS

DR. ARAUJO E SÁ

PARECE-ME aconselhável, e sobretudo prudente — para evitar mal entendidos —, esclarecer, desde já, que entre mim e alguns fotógrafos existem laços de mútua amizade e de particular estima. Se outra razão não houvesse, bastaria o reconhecimento por minha parte pelo autêntico milagre de, algumas vezes, me retratarem de tal modo que acabo por duvidar se, na verdade, serei eu aquele (menos enrugado, mais fresco, menos mal parecido) que «colaram» — «à minha imagem e semelhança»! — no bilhete de identidade, na carta de condução de automóvel, no passaporte internacional, na caderneta militar, no livre-trânsito, no cartão da Ordem dos Médicos, em milhentos papéis «fotogénicos» que tenho distribuídos por milhentas repartições, onde entro por mal dos meus pecados.

Saldada, pùblicamente, esta dívida de gratidão, acho-me à-vontade para não ocultar que considero os fotógrafos (sobretudo os repórteres fotográficos) uma autêntica praga! Metem-se de permeio com as entidades oficiais; vão à frente; lutam uns com os outros pelos melhores lugares; deitam-se no chão, sobem às árvores, encarapitam-se nos telhados, trepam pelos corrimões das tribunas, como se fos-

Continua na página três

FALANDO de BOMBEIROS

«Se os que sentem ou apregoam Amor pela sua terra seguissem a lição magnífica dos Bombeiros, vivendo em cruzada permanente de solidariedade, como seria fácil que a sementeira de um estilo novo crescesse como a árvore de que fala o Evangelho!» (Rogério Reis, em *«O Primeiro de Janeiro»*).

SEJAMOS JUSTOS

Comandante
DR. LÚCIO LEMOS

Por impossibilidade de presença física, não acompanhámos as operações de combate ao fogo há dias manifestado na *Tonelux*, desta cidade.

Não acompanhámos as operações, é certo, mas esse impedimento não nos inibe de transmitir, de boa fé, o nosso ponto de vista sobre tão trágico acontecimento.

Ponto de vista, diga-se desde já, assente na análise que, com a cabeça fria e sem facciosismos, fizemos depois de termos estado no local atingido pelo incêndio.

Sabemos, porque desde há anos andamos metidos na «fogueira», que, em termos de socorrismo a nível nacional, diversos aspectos fulcrais há que estão afastados da tal perfeição que hoje, quando se faz crítica, (construtiva ou não) todos nos colocamos na posição cimeira das nossas considerações. Por exemplo, no sector do socorrismo que respeita aos Bombeiros (muito particularmente no caso do predominante mas tão pouco estimulado Voluntariado) há pontos vitais que constituem «algumas das metas a atingir, com um eventual plano de fomento desse mesmo Voluntariado» (dignificação do Voluntariado como movimento indispensável à Nação; revisão das formas e qualidades de auxílio às diferentes Associações; criação de estabelecimento de seguros de todo o Voluntariado; conhecimento de estruturas e procedimentos estrangeiros; escolas de quadros para Comandos;

Continua na página cinco

I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE FILATELIA

CONCLUSÕES

Prometemos relatar aqui, gradualmente, os acontecimentos (necessàriamente os mais relevantes) que se registaram em Aveiro de 5 a 15 do corrente; e até esquematizámos um quadro cronológico. Todavia, alguém sugeriu-nos como melhor começarmos pela publicação das conclusões do Congresso, pois quanto lhes antecede é história, sem dúvida de registar, mas que, por si, não impõe imediata dinamização. Concordámos. E, por isso, vão hoje aqui as conclusões do I CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE FILATELIA. Seguem a ordem das rubricas fixadas no respectivo Regulamento.

Em plenário, e por aclamação, ficou estabelecido:

— *quanto à* Regulamentação das Lubrapex e Relações Filatélicas Luso-Brasileiras:

1. a igualdade de direitos e deveres de todos os filatelistas portugueses e brasileiros que e por ela poderão livremente participar em todas as realizações filatélicas que se efectuem em qualquer dos dois países;

2. que se considerem todos os problemas, decorrentes da prática da Filatelia nos dois países, peculiares e autónomos, podendo ser objecto de resoluções estritamente luso-brasileiras;

3. que os dirigentes dos organismos filatélicos dos dois países assumam o compromisso de trabalhar sempre dentro do mais elevado espírito de compreensão e com o objectivo de estreitar, a todos os níveis e por todas as formas possíveis, as relações filatélicas entre os dois países irmãos;

4. que os dirigentes dos organismos filatélicos dos países intervenientes neste Congresso se comprometam a respeitar todas as deliberações tomadas e reciprocamente aprovadas;

5. que se reconheça: a) — o alto interesse das exposições denominadas «Lubrapex» no relacionamento filatélico luso-brasileiro; b) — a necessidade de rever o respectivo Regulamento; c) — a conveniência de, para aquelas, se estabelecerem os princípios-base da sua regulamentação;

6. que, para o efeito do referido no parágrafo anterior: a) — seja criada uma Comissão Luso-Brasileira a quem se defira o encargo do estudo e da redacção do REGULAMENTO GERAL DAS LUBRAPEX; b) — que, e para

Continua na página três

VALIOSO ESTUDO ECONÓMICO SOBRE SAL

Na reunião, realizada em 9 de Outubro corrente, da SECÇÃO DO SAL da COMISSÃO REGULADORA DOS PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, apresentou o notabilíssimo e oportuno relatório que a seguir transcrevemos — cuja valia nem pode ser minimizada com qualquer eventual discordância — o ilustre aveirense, desde há muito votado, com rara proficiência, a um complexo tema da economia nacional, de particular acuidade para a salineira região de Aveiro.

Arq.º ANSELMO GOMES TEIXEIRA

Na qualidade de delegado dos produtores de sal marinho na C. R. P. Q. F., por indicação da Corporação da Lavoura, e atendendo à evolução que se tem verificado na salicultura marinha nacional, tenho a honra de chamar a atenção dos Ex.mos Membros da Secção do Sal aqui reunida, para alguns assuntos que me parecem fundamentais e sugerem uma revisão profunda e rápida do sistema de actuação que se tem seguido.

Os pontos que irei abordar podem sumariar-se da seguinte maneira:

1 — A limitação de preços na produção de sal marinho tem provocado um descontentamento geral e tem-se revelado ineficaz quanto aos objectivos;

2 — Os factores que poderão actualmente aconselhar uma intervenção sobre os preços do sal marinho à saída das marinhas;

3 — O problema da costumada e alegada subordinação do preço do sal marinho às necessidades e conveniências da indústria química;

4 — O caso da higienização e refinação do sal;

5 — O abastecimento da frota bacalhoeira nacional;

6 — A importação de sal marinho para consumo da população;

7 — Os estudos de custeio mandados elaborar e actualizar pela C. R. P. Q. F.;

8 — Os actuais anseios do sector produção.

Ponto N.º 1

Com poucas e isoladas excepções de produtores do Sul, todos os centros salineiros do país, manifestam incompreensão e até antipatia pelo papel que tem vindo a ser desempenhado pela C. R. P. Q. F. na orientação, defesa e integração económica da actividade. As razões invocadas para a criação deste indesejável clima baseiam-se na circunstância de se sentir apenas a sua acção quando se trata de fixar preços inferiores aos desejados na sua declarada descrença nas possibilidades de produtores e na sua tecnologia, na falta de proposições práticas de reformas eficientes e no rigor com

Continua na página dois

AVEIRO/ARTE

A convite da GALERIA «2» do Porto, AVEIRO/ARTE realizará uma exposição de trabalhos dos seus componentes, de 14 a 24 de Novembro próximo.

O convite deve-se ao interesse manifestado nos meios artísticos nortenhos, particularmente entre os que concebem a Arte como um movimento de permanente renovação.

Ingentes problemas que pedem urgentes soluções

Valioso estudo ecomónico sobre sal

Continuação da primeira página

que tem posto em prática medidas que contrariam os desejos e prejudicam sèriamente os interesses básicos da produção.

A fixação de sucessivos preços que não contemplam os anseios dos produtores foi, em princípio, posta em prática com o objectivo de os obrigar a evoluir tècnicamente. Os resultados estão à vista e são decepcionantes: vitórias tecnológicas ou diminuição de custeios, não existem; descrença num progresso mal esboçado e abandono de marinhas, cada vez maiores.

Ponto N.º 2

O custo da produção do sal marinho tem sofrido sucessivos agravamentos, especialmente devidos ao encarecimento da mão de obra e sua acentuada rarefacção, à diminuição de rendimento e estabilidade dos trabalhadores necessários, aos encargos com assistência social e ao aumento geral dos custos de preparação e conservação das salinas.

O agravamento tem portanto expressão mais elevada nos salgados menos favorecidos quanto a condições naturais, e em que o apuro qualitativo complica a tecnologia das extracções.

De uma maneira geral os produtores simpatizam mais com uma liberalização que lhes permita o livre estabelecimento das oscilações de preços que consintam equilibrar as desiguais produções por safra e os agravamentos causados por razões que não podem controlar. Terá este sistema o inconveniente de causar uma razoável instabilidade dos preços de venda, apesar da concorrência interna, que não deixará de se estabelecer nesse regimen, ser factor de importância na redução das possibilidades de surgirem grandes diferenças.

Atendendo ao baixo consumo «per capita» do sal marinho necessário à alimentação, os reflexos que poderão vir de um aumento, mesmo sensível, do seu preço de venda não será sentido por qualquer tipo de classe, mesmo as menos favorecidas. Por outro lado as diferenças de valores em que se situam os custeios de vários salgados, dada a sua distribuição geográfica e a localização de mercados consumidores, têm tendência a atenuar-se e a uniformizarem-se à chegada ao consumidor. Permanece ainda a possibilidade das preferências regionais por certos tipos de sal produzidos, conseguirem uma equilibrada facilidade de escoamento para as várias qualidades e preços de sal existentes.

Quanto à relação produção-consumo, cujo desequilíbrio há tanto tempo se apresenta como amedrontamento de certas produções mais onerosas, (será fácil verificá-lo), não dá lugar a preocupações. Salvo raríssimos casos de super produções, o sal marinho produzido em Portugal é consumido no mesmo ano internamente. Isto apesar de se autorizarem barcos bacalhoeiros a importarem sal isento de direitos e a consentir-se que idênticas importações se façam com o pretexto de que a indústria química não as dispensa, quando há sal de mina português em abundância, explorado e por explorar.

O equilíbrio produção-consumo e a concorrência entre salgados levam portanto a considerar que a liberalização de preços será possível e desejável sem qualquer inconveniente para o consumidor e sem receio de especulações que conduzam a retrocessos tecnológicos ou imoralidade económica.

Entendem, entretanto, os produtores, que teriam vantagem em aguardar uma organização adequada dos vários salgados antes de tal medida ser posta em prática. Isto porque se receia que a produção possa ser vítima, sem um mínimo de organização e com a debilidade económica em que se encontram a maioria dos produtores, dos outros sectores, mais fortes e organizados, que completam o circuito produção-consumo.

Enquanto tal não se consegue, pretende-se que se mantenha um regimen de fixação de preços máximos que dê uma margem de actuação suficientemente compensadora aos esforços dispendidos com a produção e com a sua necessária e urgente consolidação como força disciplinadora do mercado.

Ponto N.º 3

Os produtores de sal marinho têm plena consciência de que a indústria química não necessita do seu produto.

A indústria química em todo o mundo civilizado e equilibrado recorre ao sal de mina como matéria prima e assegura o seu abastecimento com as cautelas e previsão que se impõem. O recurso ao sal marinho só é admissível se as produções económicas conduzem a excedentes que consintam a prática de preços marginais. Em Portugal isso não acontece e, felizmente, há muito sal de mina à disposição da indústria. Compete a essa indústria resolver o seu problema e não pode admitir-se que erros seus, de previsão ou de incapacidade, possam afectar a actividade salineira marinha.

Ponto N.º 4

O problema que se vem levantando quanto a uma hipotética dificuldade do sal marinho para a indústria de refinação e higienização do sal, está nitidamente mal posto.

É evidente que o sal trabalhado tem que contar com o valor da matéria prima inicial, como qualquer actividade que dela necessita. Pretender que a refinação ou higienização de sal tem o direito de obter sal virgem por preços especiais que não remunerem o seu justo valor, é perfeitamente descabido.

De resto, não se compreende como a diferença de preços autorizados entre o sal marinho produzido e o sal trabalhado possa considerar-se insuficiente. É muito menos se compreende que se pretenda reduzir o valor do sal original, que apenas significa 1/4 ou menos do preço do sal industrializado.

Se há erros de concepção, montagem, dimensão ou gestão da indústria complementar, não são concerteza os produtores de sal marinho que os terão que suportar «a fortiori».

Ponto N.º 5

Os bacalhoeiros portugueses têm recorrido várias vezes a sal importado de Espanha de marinhas que têm excepcionais condições e que podem praticar preços fora das nossas possibilidades. Deslocam-se os barcos ao sul de Espanha, carregam o sal livre de direitos, vão pescar e salgar bacalhau que vendem depois em Portugal. O sal que cresce, sujo ou limpo, ainda é vendido, às vezes, sem pagamento de quaisquer direitos.

Estudos apresentados fazem crer que a ida dos barcos a Espanha carregar sal causa aos armadores uma economia que permite a venda mais barata do peixe pescado. Alega-se também vantagem qualitativa do sal espanhol. Alega-se também que há falta de facilidades de carregamento em Portugal.

Verifica-se porém que nem todos os armadores e nem todos os barcos dos mesmos armadores recorrem a Espanha. Há quem diga que as diferenças de preço e de qualidade não são impeditivas e que apenas será necessário fazer uma melhor coordenação dos interesses da pesca e da produção de sal. Há anos de super produção em que este problema, bem resolvido, poderá ter grandes vantagens. A economia portuguesa só lucrará com isso.

Ponto N.º 6

Este ano, por exemplo, foi autorizada a importação de sal marinho para consumo público e para a indústria. Parece que a autorização de importações foi dada com base num erro existente no computo das disponibilidades do sal existente. É erro que pode e deve evitar-se. Em economia dirigida e controlada como a que abrange o sector, quase não pode admitir-se que se fomente sem interesse a importação.

De qualquer modo, importar sal equivale à exportação de divisas que tão necessárias nos são. Pretender que os salgados portugueses não têm direito à vida e que mais vale importar, é contribuir para a extinção de uma riqueza e criar uma dependência de mercados com interesses bem diversos dos nossos e que nada nos garante que possam oferecer a continuidade que o país pretende.

Tal política, se fosse generalizada à nossa agricultura e mesmo à indústria, conduziria a uma paralização total, que a ninguém pode interessar.

Por que é que se adopta com o sal marinho?

Ponto N.º 7

O esquema que se tem seguido no estudo dos custeios de sal ordenados pela C. R. P. Q. F. merece a aprovação geral dos produtores. Convém, no entanto, não esquecer que também eles estão sujeitos a critérios no que respeita ao encontro dos elementos base que os influenciam. Os produtores não têm conhecimento dos valores que se introduzem no esquema para se obterem os resultados que aparecem. Sugerimos que esses estudos mereçam uma ampla divulgação entre os interessados, pois isso permitirá, para além de possíveis críticas válidas, um conhecimento mais exacto dos factores que condicionam os custos e, portanto, a rentabilidade e viabilidade das empresas. Para, além disso, o conhecimento dos processo dará mais força de aceitação dos resultados obtidos.

Sabe-se que a avaliação dos valores das propriedades, as taxas de rendimento atribuídas, etc., em casos divulgados, têm merecido a discordância dos produtores, e que por isso alegam ser prejudicados. Estas dúvidas já criam espírito de pouco crédito nos números que os estudos refletem. Se depois se tiver em conta que estes estudos económicos são sempre infuenciados por um normal rigor tecnicista; e que as percentagens de contemplação de produção sugeridas descem às vezes dos 40 %; e que arbitràriamente já se têm sugerido reduções complementares de preço «ad hoc; e que ainda em 1971 foram fixados preços para a campanha desse ano que mereceram uma quase imediata correcção forçada de mais de 80$00 / ton para poderem ter viabilidade; e que, sem se saber bem com que informações de base o Governo ainda tem baixado alguns preços sugeridos; e que, principalmente, há salgados que não conseguem resistir à intenção com que se têm fixado os preços e se vêem obrigados a abandonar a exploração de marinhas — é fácil de ver que não é com o necessário crédito e simpatia que o sector produtivo do sal vê serem apresentados estes novos custeios e actualizações. É levado a acreditá-los mais como valores de orientação relativa do que outra coisa. Acredita neles, sim, mais como certeza de ir continuar a perder dinheiro e forças. É a experiência anterior que o diz.

Ponto N.º 8

Os produtores de sal marinho português anseiam e pretendem neste momento que lhes seja permitido alcançar brevemente uma liberalização de preços. Para isso pretendem o apoio das entidades que possam consentir-lhes uma organização regional base que com facilidade e coerência possa entender-se para fixação das bases e adaptações da política comercial a seguir.

Pretendem, entretanto, e para isso pedem um especial esforço desta Secção do Sal, que sejam fixados para esta campanha, preços limites que permitam uma retomada do vigor económico que têm vindo a perder acumulativamente e o ressurgir do entusiasmo que venha realmente a consentir a evolução que tanto desejam e que mais interessa ao País.

★

Pretendem ainda os produtores que os limites de preço do sal nesta campanha não sejam inferiores aos seguintes:

AVEIRO	530$00
FIGUEIRA	530$00
TEJO	430$00
SADO	350$00
ALGARVE . . .	330$00

★

Terminadas as considerações que o assunto principal desta reunião exigiam, entendo ainda oportuno solicitar desta Secção do Sal da C. R. P. Q. F. um esforço no sentido de se conseguir, com a maior rapidez possível, a entrada em vigor dos novos preços para o sal.

A situação apresenta-se especialmente grave nos salgados de Aveiro e Figueira da Foz. A um pedido do Grémio da Lavoura de Aveiro para que fosse consentida a saída antecipada do sal já produzido, consentimento que deveria generalizar-se a todos os salgados, correspondeu o Governo com uma decisão favorável, mas em que ignorou a condição, paralelamente apresentada, de se considerar um acréscimo provisório e modesto à tabela oficial em vigor.

O pedido de antecipação da saída explicava-se para evitar a entrada de sal de outras regiões em zonas normalmente abastecidas por Aveiro. O pedido de correcção da tabela também era justo e não podia deixar de ser confirmado por este Organismo, onde o problema já havia sido ventilado e recomendado.

A decisão tomada de requisitar sal de Aveiro, que os produtores legalmente têm que satisfazer, ao preço de 370$00/tonelada, poderia quanto a nós ter sido evitada por uma fácil e oportuna intervenção da C. R. P. Q. F. junto do Governo, que não pode ter deixado de agir por deficiência de esclarecimento.

Houve ainda uma falha formal, dado que esta Secção do Sal, pouco antes debruçada sobre o mesmo problema, não teve oportunidade de se manifestar no momento próprio, nem os seus membros foram informados da decisão que a C. R. P. Q. F. oficiara e que ia contra os desejos aqui manifestados.

Julga o delegado dos produtores nesta Secção do Sal que os assuntos importantes que dizem respeito à actividade não podem deixar de ser sujeitos à sua apreciação. E julga também que pelos meios técnicos de que dispõe a C. R. P. Q. F., a informação dos membros da Secção deveria ser ampla e sistemática, evitando-se as falhas que as diferentes actividades e dispersão física desses mesmos membros tornam inevitáveis.

Lisboa, 9 de Outubro de 1972.

ANSELMO GOMES TEIXEIRA

SAL MARINHO

Mapa resumido dos custeios actualizados para a safra de 1972, determinados por incumbência da Comissão Reguladora dos Produtos Quimicos e Farmacêuticos e apresentados à Secção de Sal em 3 de Outubro de 1972

Salgados	Preços determinados por tonelada	Percentagem da produção remunerável
AVEIRO	555$80	100,0 %
	500$23	80,22 %
	466$77	61,10 %
	462$33	53,11 %
	452$69	41,45 %
FIGUEIRA DA FOZ	474$14	100,00 %
	419$06	83,61 %
	398$75	57,03 %
	388$18	42,42 %
TEJO	542$79	100,00 %
	345$50	81,66 %
	331$42	62,66 %
	301$65	41,36 %
SADO	348$43	100,00 %
	310$53	79,81 %
	288$28	51,69 %
	283$19	39,86 %
ALGARVE	438$15	100,00 %
	253$32	83,77 %
	248$73	63,59 %
	234$41	40,63 %

A Alemanha Federal e a Criança

Continuação da primeira página

pontaneidade, para a tal entrada!

A meio daquele clima, não poderá dizer-se que os alemães tivessem todos os seus quadros devidamente estruturados, que tudo se passasse no país normalmente. Mas seria óbvio, logo às primeiras horas, que se reconhecesse que a criança, a criança alemã, era objecto de atenções especiais: era o trânsito que contemporizava com ela; era a criança que invadia os passeios de bicicleta; era a criança que circulava livremente, — dir-se-ia perigosamente, — como se estivesse realmente no seu mundo.

Curioso observar que o bebé alemão não chorava; que os pais, a um nível médio, sem criados, o deixavam em casa, quando iam a espectáculos, reuniões, ou simplesmente passear, mesmo que o bebé fosse bebé: mesmo que tivesse à volta de dois anos. É uma primeira nota que me fornece o brasileiro Norman Potter, a propósito do filho de um casal seu colega no Dolmetscher Institut, aquando de uma reunião em casa do Prof. Friedrich Irmen, o tal do Dicionário de Bolso que por aí circula: o bebé deles ficara em casa, pois claro; para os alemães o bebé será o futuro homem de quem a Alemanha Federal espera tudo; logo, o bebé tem de ser preparado para esse futuro que o espera: com regalias mas sem pieguices. Isto é: o alemão bebé será um dia soldado, no sentido amplo da palavra, será um futuro combatente da causa alemã, em qualquer perspectiva que se situe essa causa e o seu combate.

Deixe-se o bebé e voltemo-nos para a criança alemã em geral, essa que circula pelas ruas, que vai ao **Kindergarten** e à escola.

A criança caminha imperturbável: soca-se, brinca, invade os jardins que lhe estão destinados, muitos, por bairros, mas não se detém, embasbacada perante o estrangeiro que passa e a sua fala «exótica»; antes pelo contrário, se abordada, não mostra estranheza alguma, respondenos como um adulto, e vai à sua vida, aos seus jogos, às suas correrias, às suas aulas. Dir-se-ia que a criança já se encontra preparada para enfrentar o **estrangeiro**, que lhe recomendaram em casa, desde cedo, às primeiras palavras balbuciadas, que um alemão é um alemão e que um estrangeiro é sempre um estrangeiro, — quase um intruso, talvez um intruso. Talvez ainda agora, com **os nove** em uníssono...

Revejo a Erika, a Gertrude, outras crianças com as quais contactei na rua, no restaurante, em casa de pessoas conhecidas. Em todas, o mesmo estigma de desconfiança, a mesma natural desconfiança, uma certa hostilidade, apesar da mesura muito ensinada, — gracioso! — com flexão do joelho. E lembro-me de ter comparado essas reacções com as dos garotos de Portugal à volta dos estrangeiros que nos visitam. Dois mundos diferentes. Melhor: o mundo da criança alemã é, por força das circunstâncias específicas, um mundo à parte.

Onde terei visto um pai, uma mãe alemã fazerem na rua, pelo menos na rua, festas aos filhos?

É agora uma americana, casada com o Dr. Potter e com longa permanência na Alemanha, a quem mostro a minha estranheza, e ela explica-me, secundando aliás as afirmações do marido: os pais preparam as crianças para a natural dureza da vida, desde cedo; quando chegam à Universidade, têm, realmente, ideias próprias, alguns jovens fazem já vida independente. Com uma ponta de ironia muito luso-brasileira, bebida porventura no convívio com o terrível Potter: «Às vezes, indèoendentche dèmais...».

MARIA LUISA RAMOS

Conclusões do I Congresso Luso-Brasileiro de Filatelia

Continuação da primeira página

além de outros elementos que julgue convenientes, ela considere nos seus trabalhos as teses sobre tal matéria apresentadas neste Congresso; c) — que essa Comissão apresente, no prazo de seis meses, as conclusões finais; d) — que tome na devida conta a substituição, no local próprio, da palavra competição, pela de concurso; e) — que a dita Comissão seja composta pelos Senhores Gen. Mirabeau Pontes, Dr. Carlos Nery da Costa, Dr. Romano Câmara e Eng.º Marques Gomes;

7. sugere-se que o trabalho elaborado pela aludida Comissão seja adoptado como Regulamento na próxima Lubrapex a realizar no Brasil, e que, nessa altura seja então aprovado para efeitos definitivos;

8. que, coetâneamente com cada versão da Lubrapex, se realize um Congresso Luso-Brasileiro de Filatelia;

quanto à Filatelia e às Administrações Postais:

1. que as administrações postais aprovem uma marca de primeiro dia de circulação de um selo ou de uma série de selos com as seguintes características: ilustrada com uma imagem alusiva ao motivo do selo e o indicativo: primeiro dia de emissão ou uma obliteração com uma legenda alusiva ao motivo do selo e o indicativo de primeiro dia de circulação;

2. aprovem a utilização de marcas postais comemorativas alegóricas a conceder a exposições filatélicas genéricas, em número de duas no máximo, ou apenas uma, mas esta utilizável como marca do dia durante o tempo de exposição e que seria aposta na correspondência expedida pelo posto provisório da exposição;

3. que se aprove a emissão de um selo, anualmente, ou uma série de selos, com desenhos iguais feitos alternadamente por artistas dos respectivos países, e postos a circular na data da emissão do primeiro selo do respectivo país, em Portugal no dia 1 de Julho e no Brasil em 1 de Agosto, ou, então, se se entender, em data simultânea a estabelecer pelas respectivas administrações postais;

4. sugere-se que os preditos selos contenham a designação BRASIL-PORTUGAL ou PORTUGAL-BRASIL resolvendo-se conforme for mais conveniente o problema da colocação e distribuição das respectivas espécies em cada um dos países;

5. sugere-se, igualmente, que o lançamento de tais selos se efectue em cerimónia oficial com o relevo apropriado.

6. que seja emitido um «bloco», cuja receita reverteria para um organismo, «COMISSÃO FILATÉLICA NACIONAL», encarregado de coordenar, divulgar e desenvolver a Filatelia luso-brasileira e constituído de acordo com a respectiva legislação;

quanto à Filatelia e aos meios de comunicação — literários, jornalísticos e audio-visuais:

1. que as entidades postais luso-brasileiras incentivem a acção duma associação a criar, com adequada designação, por exemplo, «Associação Luso-Brasileira de Escritores e Jornalistas Filatélicos», através de um subsídio a conceder pelas entidades postais ou culturais, destinado à publicação de estudos de reconhecido interesse filatélico;

2. que as superiores e pertinentes entidades, oficiais ou não oficiais, promovam, pelos meios ao seu alcance, o fomento de estudos monográficos e históricos de Filatelia, diligenciando pelo acesso fácil dos estudiosos a todas as possíveis fontes de informação;

quanto à Juventude e Filatelia sugere-se que:

1. aos competentes departamentos dos governos dos dois países se lembre e peça a inclusão da Filatelia como disciplina escolar ou circum-escolar nos estabelecimentos de ensino, e nos convenientes níveis, para tanto se promovendo os meios pedagógicos, didácticos e materiais que vierem a considerar-se indispensáveis;

2. que seja estabelecida a concessão de um subsídio oficial para custear a deslocação de um jovem expositor concorrente e vencedor da classe juvenil de uma Lubrapex ao país em que se realize a Lubrapex imediata;

3. que seja criada, em cada um dos países, uma comissão extraordinária, através dos bons ofícios das respectivas entidades filatélicas, para que estude o Regulamento das participações da juventude nos certames filatélicos, designadamente nas Lubrapex;

quanto ao Coleccionamento Filatélico:

1. que o coleccionamento filatélico temático seja considerado com carácter de lazer de coleccionamento «hobby», sendo estabelecido e fixado como derivativo psicossomático, filosófico, e que a imagem do selo postal continue a ser o centro de gravidade em torno do qual girem as atenções principais do coleccionador temático;

2. que, em coleccionamento filatélico, sejam consideradas as informações normativas estabelecidas pela F. I. F.

Aconteceu...

Continuação da primeira página

sem macacos, à procura do melhor ângulo para dispararem a máquina; encandeiam e cegam as pessoas com os flashes; enervam e tiram a paciência a toda a gente; entram para lugares reservados. Conta-se, até (e quem me dirá não ser verdade...?), que um fotógrafo, ao notar que a máquina não havia disparado, quando o sacerdote, durante um casamento, dava a comunhão aos noivos, virou-se para o padre e ordenou-lhe, alto e bom som:

— «Repita a cerimónia!».

De uma insensibilidade profissional que chega a estarrecer, fotografam com o mesmo à-vontade o beijo dos noivos na boda nupcial, o pranto da viúva junto ao catafalco do marido, o púlpito do orador, o gabinete de trabalho do estadista, o iate de um Onassis, o leito do moribundo, a mão estendida do mendigo, o criminoso por trás das grades da prisão, o sorriso provocante da prostituta à mesa do café manhoso, a portinhola do casebre, a porta aberta das casas de má fama, o palácio luxuoso, o traje de soirée e o bikini, a «miss» e o corcunda, a boite e o cemitério, o algoz e a vítima, o moralista e o devasso, Cristo e Pilatos.

O fotógrafo sabe perfeitamente o que pensam dele aqueles que sorriem, que lhe obedecem, que se acotovelam perante a sua objectiva. Consideram-no um flagelo! Mas um flagelo que, sendo tremendamente desagradável, é necessário... Ainda há bem pouco tempo, um repórter fotográfico me dizia que «à paisana» (ou seja sem a máquina) era um Zé-Ninguém, enquanto a máquina era tudo! E mais me disse: — Quando o cumprimentavam, cumprimentavam na realidade a câmara fotográfica; os sorrisos, as palavras de reconhecimento, os elogios eram dirigidos à lente, não a ele; à frente dele aceitavam tomar poses ridículas de dignidade grotesca, sorrir ainda que lhes apetecesse chorar, mostrar uma expressão séria ainda que lhes agradasse a gargalhada, aparentar interesse ainda que estivessem francamente aborrecidos, manterem-se quietos mesmo que estejam a ser mordidos por uma pulga.

Tudo isto porque há milhentos, por aí, que anseiam ser conhecidos, eternizados, mostrados nos jornais, fixados para o futuro; e isso não é possível sem a fotografia... Ignorá-lo é revelar espantosa ignorância e ingenuidade. Aqueles cujas fotografias não aparecem nos jornais não podem ser eternos, têm os dias contados, desaparecem amanhã, não pertencem ao número dos eleitos. É que os jornais são arquivados, encadernados, duram mais que a vida de um homem, só mencionam aqueles que — por qualquer motivo — se distinguiram. Aquele cujo nome e fotografia nunca foram publicados nos jornais é um anónimo, um desconhecido, um homem da rua, um Zé-Ninguém, um qualquer, a massa que luta e sofre, a gente simples, o povo.

Eis porque aqueles que, como eu, consideram os fotógrafos (sobretudo os repórteres fotográficos) uma autêntica praga, terão de se vergar ao peso das evidências e das realidades, não esquecendo nunca que tal praga é absolutamente necessária...

ARAÚJO E SÁ

SERVIÇO DE FARMÁCIAS

Sábado	SAÚDE
Domingo	OUDINOT
2.ª-feira	NETO
3.ª-feira	MOURA
4.ª-feira	CENTRAL
5.ª-feira	MODERNA
6.ª-feira	ALA

Das 9 h. às 9 h. do dia seguinte

MOVIMENTO DO PORTO DE AVEIRO

NAVEGAÇÃO

Durante o mês de Setembro, entraram no porto de Aveiro 42 navios, que totalizaram 37 762 toneladas de arqueação bruta (899 tAB por navio), assim distribuídas: 14 navios com bandeira nacional, 15 628 tAB; e 28 navios com bandeira estrangeira, 22 134 tAB.

Assim, atingiu-se o número de 349 navios entrados no corrente ano, até 30 de Setembro, o que, comparado com igual período do ano passado (286 navios), corresponde a um acréscimo de 63 navios, ou seja de cerca de 22% a mais do que em 1971.

MERCADORIAS

No mês de Setembro, o movimento de mercadorias no porto de Aveiro atingiu o montante de 25 787 toneladas, correspondendo a: mercadorias entradas, 8 944, e mercadorias saídas, 16 843.

Atingiu-se, assim, o movimento de 219 754 toneladas de mercadorias até 30 de Setembro do corrente ano, o que, em relação a igual período do ano passado, corresponde a um acréscimo de 23%, traduzido em 40 959 toneladas.

PESCADO

Também durante o mês de Setembro, movimentou-se, no porto de pesca costeira de Aveiro, pescado no valor de 3 985 609$00, assim distribuído: peixe do arrasto costeiro, 2 319 978$00; de traineiras, 1 192 501$00; e da pesca artesanal, 473 130$00.

COMBÓIOS RÁPIDOS NO DISTRITO

No seguimento de troca de impressões entre o Chefe de Distrito e o sr. Dr. Neto de Carvalho, Presidente do Conselho de Administração da C. P., reuniram-se em Aveiro, em sessão presidida pelo Governador Civil, alguns dirigentes daquela Companhia e autoridades administrativas dos concelhos que se sentiam prejudicados com a supressão do comboio-rápido (que se verificou a partir de 1 do mês corrente) relativamente às estações de Ovar, Estarreja e Curia, que servem outros concelhos como a Mealhada, Anadia, Águeda, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e S. João da Madeira.

Reconheceu-se não ter havido prejuízo com a supressão daquelas paragens do rápido. Na verdade, a C. P., atenta à importância das regiões em causa e animada do propósito de prestar o melhor serviço que as actuais condições de exploração possam permitir, promoveu a criação de novo comboio (de e para Lisboa) ainda mais rápido do que o tradicionalmente assim designado (menos oito minutos), com o apreciável benefício de redução de 36$00 no custo dos bilhetes, resultante da supressão da taxa de velocidade.

Foi apresentada também a aspiração de vir a ser criado, logo que possível, outro comboio, a realizar o percurso ainda em menos tempo e com horários que permitam aos seus utentes deslocarem-se a Lisboa e regressarem no próprio dia, com um período de presença de algumas horas na capital, dentro dos horários de funcionamento das repartições públicas.

A pretensão foi acolhida com a maior compreensão e simpatia. Aliás, a C. P., como na reunião ficou claramente demonstrado, está sèriamente empenhada em introduzir melhorias apreciáveis nas suas comunicações, tanto de longo curso como de carácter sub-urbano, neste aspecto com especial relevo para as ligações de e para Aveiro, até ao Porto, e de e para Aveiro até Coimbra e Figueira da Foz.

UM MORTO NUM ACIDENTE COM UM TRACTOR

Na manhã da última quinta-feira, 26, cerca das 7 horas, o sr. Francisco Lourenço Dias, de 41 anos, casado, natural de Sequeira (Braga) e morador no lugar das Agras do Norte, próximo da freguesia de Esgueira, desta cidade, foi encontrado sob um tractor agrícola que ele próprio conduzia, num talude com 3 metros de desnível da estrada que conduz daquele lugar a Esgueira.

O inditoso tractorista foi, mais tarde, conduzido ao Hospital desta cidade numa ambulância dos «Bombeiros Novos, mas chegou ali já sem vida.

A P. S. P. tomou conta da ocorrência.

PRECONIZADOS NOVOS HORÁRIOS DO COMÉRCIO

O Município aveirense que, em princípios do ano corrente, se debruçou sobre o problema do congestionamento do trânsito, por virtude da hora de saída e entrada simultâneas de diversas repartições públicas, escritórios e estabelecimentos comerciais, pensou, então, num escalonamento, preconizando que a entrada no comércio passasse a ser feita às 9,30 e às 15 horas e a saída às 13 e às 19,30 horas.

Esta pretensão foi remetida, na altura, à Delegação Distrital de Aveiro do Instituto Nacional do Trabalho, no sentido da sua aprovação.

Para o efeito, foram agora ouvidos os associados do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório do Distrito de Aveiro, convocados para uma reunião ontem realizada na respectiva sede.

MISSAS PELOS FIÉIS DEFUNTOS

A Câmara Municipal de Aveiro manda celebrar, no dia 2 do próximo mês, nas capelas dos cemitérios citadinos, as costumadas missas por intenção dos fiéis defuntos.

O horário é o seguinte: no Cemitério Sul, às 9 horas, e, no Cemitério Central, às 10 horas.

A favor da LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO

A exemplo dos anos anteriores, vai a Comissão Distrital de Aveiro da Liga Portuguesa contra o Câncro proceder ao peditório, em todo o Distrito, nos dias 1 e 2 do próximo mês de Novembro.

É de contar com a colaboração das populações em tão meritória iniciativa.

Câmara Municipal de Aveiro

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no art.º 29.º do Código Administrativo e para fins consignados na última parte do § 3.º do mesmo artigo, convoco o Conselho Municipal para a segunda sessão ordinária do corrente ano, a realizar no dia 6 do próximo mês de Novembro, pelas 10 horas, a qual não se realizou no dia 15 do passado mês de Setembro, por falta de número legal dos seus membros.

A presente sessão destina-se a:

a) — Discutir e votar o Plano de Actividade da Câmara e as Bases do Orçamento para 1973;

b) — Apreciação e aprovação de diversas deliberações Camarárias.

PAÇOS DO CONCELHO DE AVEIRO, 24 de Outubro de 1972.

O PRESIDENTE DA CAMARA

Dr. Artur Alves Moreira

Serviços Municipalizados de Aveiro

COMUNICADO

Dá-se conhecimento aos Ex.mos Consumidores da cidade que, devido aos atrazos, erros e outras perturbações resultantes da alteração do sistema de processamento de recibos e do registo das leituras dos contadores, não foi possível efectuar, no mês em curso, as leituras dos contadores nas zonas n.os 4, 17, 20B e parte das 3, 20, 21, 27, 32 e 35.

Nesta emergência, com o único intuito de não agravar as despesas dos consumidores das zonas referidas, no próximo mês de Novembro — caso englobassem consumos de 2 meses — decidimos elaborar os recibos de Outubro da seguinte maneira:

Consumo de água — serão processados os consumos mínimos obrigatórios;

Consumo de electricidade — serão processados consumos idênticos aos da respectiva instalação em igual período dos anos anteriores.

Os mínimos e consumos assim debitados serão tidos em consideração no processamento dos recibos do próximo mês de Novembro, de forma a não causar qualquer prejuízo aos Ex.mos consumidores.

Se algum tiver dúvidas ou chegar à conclusão de que o sistema adoptado lhe causou prejuízo, por menor que seja, deverá dirigir-se a estes Serviços Municipalizados onde serão atendidas todas as justas reclamações.

Serviços Municipalizados de Aveiro, 24 de Outubro de 1972.

A DIRECÇÃO

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Aveiro

AVISO

Faz-se público que se aceitam requerimentos, pelo prazo de 20 dias a contar da data do presente aviso, de eventuais interessados no preenchimento de uma vaga de Auxiliar de Enfermagem (MASCULINO) existente no Posto Clínico de Arouca.

Os requerimentos devem ser enviados a esta Caixa, com a indicação, além dos elementos habituais, do número da respectiva carteira profissional, bem como das últimas entidades para quem tenham trabalhado.

Aveiro, 27 de Outubro de 1972

O VICE-PRESIDENTE

(Martinho Pereira Coutinho)

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Aveiro

AVISO

Faz-se público que se aceitam requerimentos pelo prazo de 20 dias a contar da data do presente aviso,, de eventuais interessados/as no preenchimento de uma vaga de

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

existente no Posto Clínico de Pardilhó.

Nos seus requerimentos devem os interessados/as indicar, para além dos elementos de identificação, o número da respectiva carteira profissional, bem como as últimas entidades para quem tenham trabalhado.

Aveiro, 27 de Outubro de 1972

O PRESIDENTE

Jorge da Cunha Pimentel

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Concurso para o lugar de Escriturário-Dactilógrafo de 2.ª Classe da Secretaria do Governo Civil

Por aviso publicado na II Série do Diário do Governo, de 18 do corrente, na Direção-Geral de Administração Política e Civil, do Ministério do Interior, pelo período de 30 dias, encontra-se aberto o concurso de habilitação para preenchimento de lugares de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe do quadro privativo da Secretaria do Governo Civil de Aveiro.

Podem concorrer indivíduos de ambos os sexos que tenham mais de 18 anos de idade e menos de 35 e possuam habilitação correspondente à escolaridade obrigatória.

O concurso é válido não só para preenchimento das vagas existentes, como ainda para as que ocorrerem durante o período de 3 anos, contado da data de publicação dos resultados no Diário do Governo.

Falando de Bombeiros

Continuação da primeira página

colaboração com os organismos da juventude; representação na Cooperação da Assistência; enquadramento do Voluntariado em formas mais amplas dos socorros a nível nacional; supressão de determinados impostos, etc.).

Aceitamos, por outro lado, que, quer quanto ao caso do fogo manifestado na *Tonelux*, quer quanto a outros fogos anteriormente manifestados ou que, posteriormente, se venham a manifestar, possam ter surgido ou venham mesmo a surgir estas ou aquelas falhas. Falhas que são, muitas vezes, consequência de circunstâncias de momento. Falhas que, para quem está tranquilíssimo da vida, mas da parte de fora, afastado do contacto com o fumo e com o calor, constituem, habitualmente, pontos de crítica (mangueiras ou bocas de incêndio que resolvem «fazer greve»; escada(s) que este ou aquele bombeiro, mais mal preparado, não é capaz de montar na hora H; certa indisciplina do pessoal resultante da ânsia em, rápida e eficientemente, se querer debelar o mal, etc.).

Sabemos e não podemos (nem desejamos) ignorar estas verdades e estas realidades algumas delas correspondentes, sem dúvida, a deficiências que, acredite-se, os próprios Bombeiros têm procurado eliminar a nível das suas Corporações ou mesmo a nível nacional, em Congressos.

Mas também sabemos, e não queremos deixar de o manifestar, que no caso concreto do combate ao fogo na *Tonelux*, tal como ele se manifestou e tão ràpidamente se desenvolveu, o «plano de trabalhos» elaborado pelo Comando, e bem assim a sua execução, constituiram, tàcticamente, um êxito dos Bombeiros «Velhos» e «Novos», de Aveiro.

Mau grado as características do estabelecimento de electro-domésticos atingido pelo fogo — o tipo de material decorativo que revestia as paredes quando entra em combustão produz um fumo negro e espesso, como se fosse alcatrão a arder — foi possível aos Bombeiros circunscrever e dominar o fogo por forma a impedir o seu lançamento para a parte traseira e para a parte do 1.º andar, todo o 2.º andar e águas-furtadas do prédio. Diga-se de passagem que este ponto de vista não é só nosso. Dele comunga um dos mais competentes técnicos portugueses da luta contra o fogo, aliás distintíssimo profissional, que, muito amàvelmente, correspondeu ao convite que, a título meramente pessoal, lhe endereçámos para nos acompanhar na visita que realizámos ao local na tarde do dia seguinte ao da eclosão do sinistro.

Resumindo e concluindo: em face do que deixámos exposto e tendo ainda em consideração que, tàcticamente, tudo esteve certo, resultando, mais ou menos, em pleno, sentimos em consciência ser nosso dever manifestar a nossa discordância face a algumas críticas injustas (e na base da injustiça está a insciência). críticas dirigidas à acção dos Bombeiros que tão abnegadamente (como sempre e em quaisquer circunstâncias) conseguiram, apesar das condições ingratas e difíceis em que tiveram de actuar, debelar o mal, quanto foi possível, e evitar um mal maior.

LÚCIO LEMOS

Uma exposição na GALERIA CONVÉS

Conforme anunciámos, a *Galeria Convés*, ao Cais dos Botirões, nesta cidade, inaugurou, na noite de ontem, dia 27, uma exposição de pintura e desenho do «Grupo 7» (jovens artistas de Aveiro), que se manterá patente ao público até 12 de Novembro próximo.

GRUPO CÉNICO DA CASA DO POVO DE CACIA

Hoje, sábado, com início pelas 21 horas, o Grupo Cénico da Casa do Povo de Cacia leva a efeito, na Casa do Povo da Oliveirinha, um espectáculo, que inclui: a peça de teatro «O Primeiro Prémio» (comédia em 2 actos, em adaptação de Sousa Martins); e Variedades (com canções, poemas cómicos, ilusionismo, jograis, etc.).

DUAS NOVAS COMUNIDADES RURAIS

Com o propósito de auxiliar todas as camadas rurais no seguro social e na promoção sócio-cultural, a Delegação do Instituto Nacional do Trabalho, continua a intensificar e a conjugar todos os esforços com as entidades responsáveis nos destinos do Distrito.

Assim, estiveram na Delegação de Aveiro, do I.N.T.P., o sr. Dr. Adelino Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Anadia, os srs. Waldemar da Costa Neves e Ricardo Ferreira Dias, respectivamente presidentes das Juntas de Freguesias da Moita e deVila Nova de Monsarros, e, ainda, as Comissões Organizadoras das Casas do Povo da Moita e de Vila Nova de Monsarros, que fizeram entrega, ao sr. Dr. Albertino Moreira de Oliveira, de toda a documentação necessária para a criação daquelas Casas do Povo.

Consagrado em Itália o artista MÁRIO SILVA

Em meados deste mês, regressou de Itália o pintor e escultor Mário Silva, que Aveiro bem conhece e muito aprecia através das exposições aqui efectuadas.

Com a pintora Maria Delgado-Rufino, o já tão laureado artista português foi um dos concorrentes ao «Prémio Valburna»; e, entre os escultores que faziam parte da meia centena de participantes — designadamente de Itália, do Brasil, da Jugoslávia, da Polónia e da Hungria — Mário Silva, alcançou o primeiro prémio de escultura, por expressiva votação de quarenta e cinco dos seus companheiros. (Anote-se que as obras a concurso são apreciadas e votadas, não por um júri extrínseco, mas pelos próprios concorrentes; e são executadas durante a estadia dos artistas no local).

O galardão assim alcançado em Sabicce Mare (a estância balnear e turística do Adriático onde o certame se efectuou) esteve na base do convite logo feito a Mário Silva para participar no Concurso de Como, organizado nos mesmos moldes, mas só de Pintura; e Mário Silva, também nesta modalidade, marcou honrosíssima presença, com a obtenção da «Taça Prefeito de Como», além de valioso prémio pecuniário.

O artista português é já conhecido em Itália; no ano passado participou na Bienal de Florença, tendo logrado a rara distinção de ser incluído numa «Antologia Figurativa» editada em Roma. Com mais estes dois triunfos de agora, Mário Silva justificou o convite que lhe foi endereçado para realizar uma exposição em famosa galeria milanesa e a proposta para o seu ingresso na Academia «Os Quinhentos», de Roma.

Felicitamos vivamente o artista — e também o amigo que tão desvanecedoramente nos tem distinguido com inequívocas provas de sã amizade.

No Clube Rotário ÚTIL E MAGNÍFICA LIÇÃO PROFERIDA PELO ENG.º BARROSA

Sob presidência do Dr. Humberto Leitão, realizou-se, na pretérita segunda-feira, mais uma das habituais reuniões rotárias, a que compareceram numerosos associados locais, e, ainda, António José Saraiva, do clube de Lisboa-Oeste.

O secretário, Abel Santiago, referiu os três estudantes que, sob proposta do clube de Aveiro, foram galardoados pela Federação Rotária Portuguesa. A propósito, o presidente sugeriu a concessão de um auxílio mensal do clube a que preside a outro estudante, para prossecussão do respectivo curso. O Tenente-Coronel Vaz Duarte lembrou uma preconizada reunião ao ar-livre, em lugar marginal da Ria, propondo se também, numa próxima reunião, projectar «slides» com motivos africanos, designadamente da Zona de Cabora-Bassa. António José Saraiva, por sua vez, referiu o aprazimento com que assiste às reuniões do clube aveirense, com sede em região a que o vinculam apertados laços; e entregou uma flâmula do seu clube. O Eng.º João Barroso, com base em escrito dado à estampa em «O Primeiro de Janeiro» de sábado transacto, lembrou que a projectada exposição póstuma do insigne Mestre Heitor Cramês — filho ilustre de Vila Real, que também viveu em Aveiro e aqui foi sepultado — teria agora oportunidade, na sequência do certame evocativo que decorre na capital transmontana. Sobre este assunto, pronunciaram-se judiciosamente o Eng.º Tavares da Conceição, Eduardo Cerqueira e o presidente Dr. Humberto Leitão.

O Eng.º João Barrosa proferiu seguidamente a sua anunciada palestra — que foi magistral lição — sobre o «Aproveitamento do Baixo-Vouga». O tema, de magno interesse para ampla e promissora zona nacional, particularmente nos domínios da economia agro-pecuária, foi desenvolvido com fundamentação, cuidada e demonstrada, como é timbre do distinto técnico, que alia à sua reconhecida proficiência um raro poder de comunicabilidade e clareza. Foi mais um honesto e proveitosíssimo trabalho do Eng.º Barrosa, que a assistência escutou com vivo empenho e aplaudiu com justificado calor. O presidente, nas suas lúcidas considerações finais, sublinhou a valia da oportuníssima lição, a que os méritos do palestrante imprimiram indiscutível autoridade.

PUBLICAÇÕES

● LABOR

O último número (304) da 4.ª Série da tão prestigiada revista de ensino liceal, referente ao mês de Outubro em curso, é especialmente consagrado a Camões, com justificado fundamento no registo do IV Centenário de «Os Lusíadas».

Era de prever: «Labor» não silenciaria sobre o Épico em tão assinalável data, além do mais porque o Dr. José Tavares, um dos seus fundadores (há mais de três décadas e meia,na autorizada companhia do Dr. Alvaro Sampaio) é, no genérico âmbito dos seus profundos conhecimentos de Literatura, de que foi insigne mestre, um camonianista devotado e proficientíssimo.

Com valiosos escritos do referido fundador (também director e editor da conceituada publicação) e de Cruz Malpique, de Falcão Machado, de Maria de Lourdes Loureiro Flores Durão de Sá Ferreira da Cunha (transcrição de uma palestra proferida no Liceu Garcia de Orta), de Marília Lima Monteiro, de António Nunes Cerveira, de André Ala dos Reis (e de algumas anteriores peças literárias, agora chamadas às páginas da «Labor», em oportuníssima evocação) a presente edição constitui, na hora própria, precioso contributo para os estudos camonianos.

★

NOTA — Em nosso poder os últimos números de «Selos & Moedas» (consagrado a Santa Joana Princesa) e do «Arquivo do Distrito de Aveiro»; de «C. T. T. — Convívio 71. Beira Litoral (Aveiro - Coimbra)»; e numerosos e valiosos opúsculos de trabalhos apresentados no VI Congresso do Ensino Liceal, que nesta cidade se realizou, com tanto êxito, no ano passado. Oportunamente faremos nestas colunas mais desenvolvida referência a estas publicações.

DE REGRESSO DO ULTRAMAR

● *Acaba de regressar a esta cidade o aveirense sr. Eng.º João José Ferreira da Maia, que, durante cerca de dois anos, prestou serviço militar na Província da Guiné.*

● *Regressou já da província da Guiné, onde, durante cerca de dois anos, permaneceu em missão de soberania, o Alferes Miliciano sr. Eng.º José João de Abreu Neto.*

FORMATURAS

● *No dia 21 do corrente, concluiu, com elevada classificação, na Universidade de Coimbra, a sua formatura em Farmácia, a sr.ª Dr.ª D. Maria Edite Ferreira Sérgio, filha do conceituado comerciante aveirense sr. Roque Ferreira Sérgio e de sua esposa, sr.ª D. Fernanda Pereira.*

● *Concluiu, igualmente, o seu curso de Medicina, na Universidade de Coimbra, o nosso conterrâneo sr. Dr. José Domingos Henriques Fartura, casado com a sr.ª D. Edna Dulce Ferreira Maia e filho da sr.ª D. Maria Angelina Ventura Henriques e do sr. Samuel Fartura.*

DOENTES

● *Não tem passado de boa saúde o Rev.º Padre Arménio Alves da Costa Júnior, devotadíssimo pároco da freguesia da Glória.*

Apraz-nos, todavia, registar o auspicioso progresso das suas melhoras.

● *Tem melhorado dos seus padecimentos, gradualmente mas sensìvelmente, o nosso bom e distinto amigo sr. Guilherme Augusto Ferreira Pinto Basto Taveira.*

DE REGRESSO

Regressou a Aveiro, da sua viagem por terras do Brasil, aonde foi determinadamente para tomar parte num congresso de oftalmologistas, o reputado médico e nosso apreciado colaborador Dr. Manuel Dias da Costa Candal.

Rendeu mais de 100 contos a FEIRINHA DA VERA-CRUZ

Já sabíamos (por incidental informação) que a Minifeira da Vera-Cruz rendera para cima de 100 contos; tivemos depois a oficial confirmação de que, rigorosamente, trouxe aos carecidos cofres da paróquia 101 899$50 — precioso e oportuno contributo a favor do tão desejável Centro Social.

Ao esforço, tenacidade e (agora se confirma, uma vez mais) à operosidade de algumas senhoras e alguns cavalheiros, empenhados na nobilíssima missão, correspondeu a benemerência do nosso povo. Não é grande a cifra arrecadada? — É bastante para revelar boa-vontade, que terá necessàriamente de continuar-se.

Parabéns para os promotores — com especial aceno para Carolina Homem Christo, Presidente da respectiva Comissão. Com sua perene juventude e lúcida inteligência e rara devotação, consegue viris (é Homem, salvo seja...) milagres (é Christo, no nome, claro).

FALECEU:

D. JOANA INÊS DE LEMOS COELHO DE MAGALHÃES

Vítima de uma segunda e irreversível crise cardíaca, faleceu anteontem, na sua residência da Quinta do Mosteiro, em Moreira da Maia, a sr.ª D. Joana Inês de Lemos Coelho de Magalhães.

A notícia foi-nos telefonada, à hora do fecho desta página, por distinta senhora de Aveiro, das relações da ilustre família agora em luto.

Limitamo-nos, por agora, a dizer que o funeral da veneranda octogenária, neta de José Estêvão (que pela memória do egrégio Aveirense sempre manteve e incentivou acendrado culto) foi marcado para a tarde de ontem, com trasladação para o jazigo familiar no Cemitério Central de Aveiro.

Cartaz de Espectáculos

TEATRO AVEIRENSE

Sábado, 28 — à tarde e à noite
O CATEDRÁTICO — com Cantinflas.
Para maiores de 10 anos.

Domingo, 29 — à tarde e à noite e Segunda-feira, 30 — à noite
PARTE DE LEÃO — com Robert Hossein, Charles Aznavur e Elsa Martinell.
Para maiores de 14 anos.

Quarta-feira, 1 — à noite
O PRÉMIO — com Paul Newman e Eduard Robinson.
Para maiores de 14 anos.

CINE-TEATRO AVENIDA

Sábado, 28 — à tarde e à noite
HÉRCULES CONTRA MONGOIS — com Mark Forest e Nadir Baltimore.
Para maiores de 10 anos.

Domingo, 29 — à tarde e à noite
O EXÉRCITO DA SOMBRA — com Lino Ventura e Simone Signoret.
Para maiores de 17 anos.

Terça-feira, 31 — à noite
ÁGUA AZUL, MORTE BRANCA.
Para maiores de 6 anos.

Quarta-feira, 1 — à noite
A 25.ª HORA — com Anthony Quinn e Virna Lisi.
Para maiores de 14 anos.

Sexta-feira, 3 — à noite
O VENTO DO OESTE — com Stacy Keach e Faye Dunaway.
Para maiores de 18 anos.

PRÉDIOS

Que foram de Dona Maria da Luz Marques Pereira de Rezende, viúva, professora primária, falecida em Pombal, e que os seus herdeiros vendem:

1.º

Casa de habitação de rés-do-chão, situada na Rua do Carmo n.º 21, freguesia da Vera Cruz, concelho de Aveiro, a confrontar do nascente com Dr. Vitorino Cardoso, do poente com herdeiros de Fausto Moutinho, sul Rua do Carmo e nascente vários. Inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo n.º 896 com o valor matricial de 151 200$00.

2.º

Metade de uma terra de cultura, que no todo tem a área de 2 330 metros quadrados, no sítio da Areosa, freguesia de Eixo, concelho de Aveiro, a confrontar do norte com Albino Marques da Silva, sul e poente com Manuel Marques Flamengo, nascente com estrada. Inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo n.º 2 376 e que no todo tem o valor matricial de 6 340$00.

Recebe propostas, em carta, o advogado de Pombal Dr. Mário Cunha, ficando reservado o direito de aceitar ou não os preços oferecidos pelos proponentes compradores.

COMUNICADO

Por se terem perdido letras assinadas em nome de Carlos Alberto Henriques de Macedo, no valor de 20 000$00, torna-se público que as mesmas devem ser consideradas nulas e sem qualquer valor.

PRECISA-SE
Empregada para Escritório

— com o Curso Geral do Comércio e conhecimentos de Dactilografia

Carta a este jornal, ao n.º 64.

Vende-se

— moradia, em construção. Tratar pelo telefone 24267.

SECRETARIA NOTARIAL DE AVEIRO

SEGUNDO CARTÓRIO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 23 de Setembro de 1972, inserta de fls. 77 v.º, a 79 v.º do livro próprio A-n.º 448, outorgada perante o Notário deste 2.º Cartório Lic. Manuel Faim Pessoa, pela Sociedade «Cunha, Gonçalves e Martinho, Limitada», com sede no lugar e freguesia de Aradas, deste concelho de Aveiro, foram cedidas duas quotas do valor de 10 mil escudos cada, aos sócios da mesma sociedade; unificadas as quotas destes, seguidamente os sócios elevaram o capital da Sociedade de 60 mil escudos para 800 mil escudos, em dinheiro realizado por todos os sócios em partes iguais e entrado na Caixa Social; em consequência do que foi alterado o artigo terceiro do Pacto Social, que passa a ter a seguinte redacção:

«O capital social é de 800 mil escudos, em dinheiro, já integralmente realizado, sendo de 200 mil escudos a quota de cada sócio».

Está conforme ao original, nada havendo na parte omitida, além ou em contrário do que aqui se narra ou transcreve.

Aveiro, 30 de Setembro de 1972.

O Notário,
Manuel Faim Pessoa

Cartório Notarial de Ílhavo
JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas n.º A-73, de folhas 70 v., a folhas 73 v., se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 17 do corrente mês, na qual António Simões Vieira e esposa D. Noémia dos Santos Rato, com residência habitual no lugar da Costa do Valado da freguesia de Oliveirinha do concelho de Aveiro, se declaram, com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores do seguinte Prédio:

Prédio rústico que se compõe de terra lavradia, com área de 6.470 m², sito na Gândara, em São Bernardo, freguesia da Glória, do concelho de Aveiro, a confrontar do norte com Manuel Almeida e Benvindo Frederico da Silveira, do sul com Manuel Graça e do nascente e poente com estradas, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Aveiro e inscrito na respectiva matriz, em nome do justificante marido, sob o artigo n.º 705, com o rendimento colectável de 396$00, a que corresponde o valor matricial de 7.920$00 e a que atribuiram o valor de 100.000$00.

Mais certifico que os justificantes alegam na referida escritura terem adquirido o dito prédio pela seguinte forma:

Manuel Ferreira Novo e esposa Ana da Silva Ferreira, residentes que foram naquele lugar e actual freguesia de São Bernardo, venderam há mais de 45 anos, por título particular que se extraviou, o mencionado prédio, a António Ferreira da Cruz e esposa Rosa Lopes de Jesus, residentes que foram no mesmo lugar de São Bernardo;

Que estes referidos António Ferreira da Cruz e esposa Rosa Lopes de Jesus, já faleceram, tendo deixado uma única filha, Rosa Maia da Cruz, casada segundo o regime de comunhão geral de bens com Carlos dos Santos Capela, também residentes em São Bernardo, cuja escritura de habilitação foi lavrada no dia 7 de Agosto de 1962, de fls. 40 a 41 v., do livro próprio n.º 21, deste Cartório;

Que estes referidos Rosa Maia da Cruz e marido Carlos dos Santos Capela, por escritura de 6 de Agosto de 1962, lavrada de fls. 29 v., a 30 v., do referido livro n.º 21, deste Conservatório, venderam em comum e partes iguais ao justificante marido e ao irmão deste Arménio Simões Vieira, casado com Maria Alice Ferreira Maio, residentes no referido lugar da Costa do Valado, o aludido prédio;

Que estes referidos Arménio Simões Vieira e esposa, por escritura de 26 de Maio de 1965, lavrada de fls. 7 v., a 9 v., do livro próprio A-413, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Aveiro, venderam a sua metade no mesmo prédio ao justificante marido;

Que em face desta aquisição e daquela constante da escritura de 6 de Agosto de 1962, feita a Rosa Maia da Cruz e marido, ficaram eles justificantes donos de todo o mencionado prédio.

Está conforme ao original e certifica-se que na escritura nada há que amplie, modifique ou condicione o que aqui se narrou e certificou.

Cartório Notarial de Ílhavo, vinte de Outubro de mil novecentos e setenta e dois.

O Ajudante do Cartório,
Egídio Esteves Rebelo

ANDARES
VENDEM-SE

Em fase de acabamento, na R. José Luciano de Castro, junto ao Horto Esgueirense.

Fachada em mosaico Cinca. Sala comum, c/ fogão de Sala, 4 quartos, cozinha c/ móveis Smida, 2 q. de banho e marquise. Interiores totalmente revestidos a papel, todos os quartos e sala alcatifados, Aquecimento por convectores: 2 óptimas divisões no sotão. Só restam 4 andares.

Trata no local.

A sua informação vale dinheiro

Se souber quem esteja comprador de Automóveis, Camiões, Tractores e Máquinas Industriais novos ou usados, escreva-nos dizendo apenas o seu nome e morada pois o contactaremos prontamente.

Máximo sigilo.

Apartado 138 — AVEIRO

Continuações

FUTEBOL

Boavista — Beira-Mar

que realizaram, porém, e embora a igualdade seja resultado positivo, os auri-negros fizeram jus ao triunfo, dado que criaram melhores oportunidades de golo. Acresce que, aos 80 m., houve um lance de penalty (rasteira de Mário João a Cleo), que o árbitro não puniu, impedindo o Beira-Mar de se colocar com vantagem...

Jogo correcto, bem disputado, em que a arbitragem foi, também, de nível elevado. Ao sr. Joaquim Campos há, apenas que assinalar o lapso já referido: o facto de perdoar a grande penalidade em que o stopper portuense incorreu...

Campeonato da III Divisão

ços, Leça, S. Pedro da Cova e Vila Real, 2. Limianos, 1. Moncorvo, 0.

ZONA B — Gouveia, 5 pontos. Feirense, Naval, Paços de Brandão, Febres e Ala-Arriba, 4. Académico de Viseu, Anadia, Valecambrense, Mangualde, Ovarense e Marialvas, 3. Alba e Castelo Branco, 2. Mortágua, 1. Vilar Formoso, 0.

Próxima jornada:

ZONA A

Vianense — Limianos
Avintes — S. Pedro da Cova
Vizela — Aves
Régua — Chaves
Valpaços — Vila Real
Freamunde — Lamego
LUSITÂNIA — Moncorvo
Esposende — Leça

ZONA B

VALECAMBRENSE — OVARENSE
Vilar Formoso — Febres
Gouveia — Naval
ALBA — Mangualde
A. Viseu — FEIRENSE
Ala-Arriba — ANADIA
Castelo Branco — Mortágua
Marialvas — PAÇOS BRANDÃO

Sumário Distrital

Anadia — Fermentelos 1-0
Gafanha — Fogueira 2-1

JUVENIS

Zona A

Feirense — Espinho 0-2
Cucujães — Lamas 3-1
Paivense — Sanjoanense 1-1
Ovarense — Arrifanense 0-1
Valecambrense — Lusitânia . . . 2-1

Zona B

Avanca — Estarreja 1-1
Alba — Gafanha 0-5
Oliveira do Bairro — Anadia . . . 0-4
S. Roque — —Oliveirense 1-2
Recreio — Bustelo. 8-0

Andebol de Sete

Reservas/Norte

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Porto	1	1	0	0	17-13	3
Progresso	1	1	0	0	18-15	3
Académico	1	0	0	1	15-18	1
Beira-Mar	1	0	0	1	13-17	1

Reservas/Sul

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Almada	2	2	0	0	20-9	6
V. Setúbal	2	2	0	0	31-27	6
Atlético	2	1	0	1	31-30	4
Benfica	1	1	0	0	24-17	3
C. Ourique	2	0	0	2	21-35	2
Belenenses	2	0	0	2	31-40	2
Técnico (a)	1	0	0	1	0-0	0
Sporting	—	—	—	—	—	—

(a) — Averbou uma falta de comparência

ogos para hoje:

I DIVISÃO

ATLÉTICO — ALMADA
BENFICA — V. SETÚBAL
TÉCNICO — ACADÉMICO
SPORTING — BEIRA-MAR
PORTO — BELENENSES
C. OURIQUE — PROGRESSO

RESERVAS

ATLÉTICO — ALMADA
BENFICA — V. SETÚBAL

(O jogo ATLÉTICO — ALMADA principia às 17 horas, sendo transmitido, em directo, pela T. V.).

Os jogos BEIRA-MAR — PORTO

No Pavilhão Gimnodesportivo, repleto de assistentes, Beira-Mar e Porto defrontaram-se, no sábado, à noite, em dois desafios do Campeonato Nacional. Com extrema dificuldade, mal expressa pelos *scores* finais, os portistas averbaram preciosos triunfos — grandemente valorizados pela réplica dos beiramarenses.

Fichas dos jogos:

I DIVISÃO

Árbitros — Albano Pinto e Virino Gonçalves, de Aveiro, que realizaram trabalho equilibrado e imparcial.

BEIRA-MAR (15) — Januário, Helder (7), António Carlos, Vieira (3), Matos (1), Neves, David (2), Mário Carcia (1), Machado (1) e Sérgio.

PORTO (21) — Capela (Soares), Borges (10), Oliveira, Salvador (2), Resende (1), Leandro (6), Rocha (1), Zoran (1), Cunha e Cândido Borges (ex-Beira-Mar).

1.ª parte: 7-11. 2.ª parte: 8-10.

O desnível final ficou a dever-se ao guarda-redes portista, Capela, que defendeu três castigos máximos e realizou um farto punhado de defesas incríveis (algumas vezes com sorte manifesta). Ele foi, em verdade, o grande esteio dos portistas — em que também se notabilizaram Borges, em «noite-sim» a rematar, e Leandro, sempre vivo e oportuno, enquanto o jugoslavo Zoran teve comportamento discreto.

Entre os beiramarenses — em que voltou a notar-se a ausência de Lacerda e o atraso de treinos de Mário Garcia —, Helder e Januário jogaram bem, tal como os ex-juniores David e António Carlos, promessas que serão certezas, bem positivas, muito em breve. Os restantes, porém, não desmereceram e actuaram com vibração e empenho — pelo que se pode augurar à equipa um comportamento positivo na prova máxima.

RESERVAS

Árbitros — António Costa e Fernando China, de Aveiro, cujo trabalho se quedou em nível modesto.

BEIRA-MAR (13) — Pereira, Lé (4), Amaral (1), Veleirinho (1), Gamelas I (2), Oliveira (4) e Gamelas II (1).

PORTO (17) — Lima (Sá Pinto), Reis Miranda (1), Orlando (6), Carlos Alberto (1), Neves Gomes, Eugénio (3), Antero (5) e César (1).

1.ª parte: 6-14. 2.ª parte: 7-3.

Dispondo sòmente de scete elementos (alguns deles sem os treinos necessários...), o Beira-Mar deu boa réplica e quase surpreendeu o F. C. Porto, no segundo tempo, em que, depois de vigorosa reacção (que perturbou os azuis-e-brancos) o desnível chegou a ser sòmente de dois golos (13-15).

Até ao intervalo, os portistas tinham-se imposto, tirando benefício das falhas, a defender, dos auri-negros. E esse facto garantiu-lhes a vitória final.

Postal de Luanda

Na reunião com os representantes dos órgãos de informação, que teve lugar na sede do F. C. de Luanda, e a pedido dos dirigentes do clube azul-branco, ficou esclarecido, que, afinal, tudo se resumia a pontos de vista divergentes.

Nem o F. C. de Luanda se escusou a qualquer compromisso, nem Joaquim Meirim assumiu qualquer atitude contrária à boa ética desportiva. Só que enquanto o técnico pretendia assegurar a conquista de títulos nas modalidades citadas, correspondendo à grandeza que as futuras instalações do F. C. de Luanda permitem acalentar, os dirigentes do clube consideraram o projecto demasiado ambicioso, contrapondo, antes, o interesse pela valorização do desporto angolano, interessando principalmente os atletas locais, com o reforço de um ou outro elemento importado, segundo a expressão do Eng.º Álvaro Andrade Ferreira de Lima, que se encontrava presente, acompanhado de quase todos os colegas de Direcção.

Os representantes da Rádio e Imprensa ali presentes quiseram saber tudo da boca dos dirigentes, concluindo-se, pelas explicações dadas, que terá havido certa precipitação nos primeiros contactos com Meirim.

Ficou, pois, assente, que os responsáveis pelo F. C. de Luanda tudo fizeram para assegurar os serviços do famoso treinador, mas que este não aceitou ligar-se a um clube que não podia, por demasiado oneroso, aceitar o plano de trabalhos proposto.

Daqui se infere que a questão se resumiu a uma diferença de verbas. Tudo o mais que se possa acrescentar será pura especulação, que não pode nem deve beliscar os dirigentes do Luanda nem o próprio Joaquim Meirim.

O resto — dinheiros já dispendidos — será apenas um acerto de contas... donde se conclui que, deste embróglio todo, a montanha acabou por parir um rato...

Meirim, que não é de forma nenhuma um humorista, epíteto com que na referida reunião se pretendeu achincalhá-lo, foi embora. Aguarda agora, naturalmente, uma chicotada psicológica, das muitas em que é fértil o futebol, enquanto o F. C. de Luanda ficou com todo o seu prestígio intocável e cada vez mais empenhado na construção da sua cidadela desportiva, que será inaugurada em 1975.

Lamente-se, porém, que tivesse fugido a oportunidade de fixar por cá um homem que muito poderia ajudar a valorização do desporto angolano, mesmo que para isso houvesse de recorrer às tais importações, afinal o pomo de discórdia deste momentoso assunto e que tanto apaixonou o público ligado ao desporto.

JOAQUIM DUARTE

Sanado o incidente «Paulinho» - Soares

quérito em curso, verificou-se que os jogadores profissionais PAULO FAUSTO DE ALMEIDA e FELIZ GOMES NOGUEIRA SOARES se apresentaram voluntàriamente, e em conjunto, confessando a sua culpa comum e manifestando a desculpa mútua e arrependimento.

Deste modo, ouvidos os considerandos dos inquiridores, resolveu a Junta Directiva levantar a suspensão sem prejuízo de todas as penalidades a impor, após a finalização do referido inquérito, que está a ser elaborado com a devida urgência de fecho e conclusão.

Aveiro, 20 de Outubro de 1972

Pel'A JUNTA DIRECTIVA

a) — Luís Vítor de Azevedo Félix e Américo Gomes Pimenta

PROGNÓSTICOS DO CONCURSO N.º 8 DO «TOTOBOLA»

5 de Novembro de 1972

1 — Beira-Mar — U. de Coimbra 1
2 — Boavista — Sporting 2
3 — Montijo — Belenenses 2
4 — Atlético — V. Setúbal 2
5 — Benfica — Porto 1
6 — . Guimarães — U. Tomar 1
7 — C. U. F. — Farense 1
8 — Penafiel — Fafe 1
9 — Gil Vicente — Braga x
10 — Oliveirense — Espinho 1
11 — T. Novas — Portimonense 1
12 — Marinhense — Almada 1
13 — Nazarenos — Sacavenense x

PROGNÓSTICOS DO CONCURSO-EXTRA DO «TOTOBOLA»

7/8 de Novembro de 1972

1 — Benfica — Derby County 1
2 — Anderlecht — Spartak Trnava . . 1
3 — Ujpest — Celtic 1
4 — Gornik — Dinamo de Kiev 1
5 — Magdeburgo — Juventus x
6 — Rapid Buc. — Rapid Viena . . . 1
7 — Spartak Moscovo — A. Madrid . 1
8 — Ferencvaros — Sparta Praga . . 1
9 — Bruges — Porto 2
10 — Olympiakos — Tottenham x
11 — Valência — Est. Vermelha . . . 1
12 — Fiorentina — V. Setúbal x
13 — Kaiserslautern — C. U. F. . . . 1

Nota — 1 a 5 — Jogos da Taça dos Campeões Europeus. 6 a 8 — Jogos da Taça dos Vencedores das Taças. 9 a 13 — Jogos da Taça U. E. F. A.

Ministério da Economia
Secretaria de Estado da Indústria

Direcção-Geral dos Combustíveis

EDITAL

Eu, ARTUR MESQUITA, Engenheiro-Chefe da Delegação da Direcção-Geral dos Combustíveis, faço saber que MANUEL FRANCISCO DA SILVA & C.ª, L.DA, pretende obter licença para uma instalação de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos, com a capacidade aproximada de 3 000 litros, sita na Rua Oito, n.º 1 111, freguesia e concelho de Espinho, distrito de Aveiro.

E como a referida instalação se acha abrangida pelas disposições do Decreto número 29 034, de 1 de Outubro de 1938, que regulamenta a importação, armazenagem e tratamento industrial dos petróleos brutos, seus derivados e resíduos e pelas do Decreto número 36 270, de 9 de Maio de 1947, que aprova o Regulamento de Segurança daquelas instalações, com os inconvenientes de perigo de incêndio, explosão e derrames, são por isso e em conformidade com as disposições do citado Decreto número 29 034, convidadas as entidades singulares ou colectivas, a apresentar, por escrito, dentro do prazo de 20 dias, contados da data da publicação deste edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida e examinar o respectivo processo, nesta Delegação, sita na Rua do Dr. Alfredo Magalhães, n.º 68, 3.º, D.º, no Porto.

Porto, 11 de Outubro de 1972

Engenheiro-Chefe da Delegação,
Artur Mesquita

Campeonato Nacional da I Divisão

Empate oportuno

BOAVISTA — 1
BEIRA-MAR — 1

Jogo no Estádio do Bessa, no Porto, sob arbitragem do sr. Joaquim Campos, coadjuvado pelos srs. César Reigadas e Fernando Costa — da Comissão Distrital de Lisboa.

Os grupos alinharam deste modo:

BOAVISTA — Vítor Cabral; Bernardo da Velha, Mário João, Amândio e Franque; Branco, Barbosa e Acácio (Leal, aos 66 m.); Moinhos, Moura e Salvador.

BEIRA-MAR — César; Baixa, Marques, Soares e Severino; Inguila e Colorado; Eurico, Cleo, Edson e Almeida (Adé, aos 66 m.).

Depois de uma primeira parte em branco, jogada com equilíbrio sensível (o Beira-Mar entrou de rompante, procurando surpreender o Boavista), o resultado veio a fazer-se logo nos momentos iniciais do segundo tempo.

Assim, meio-minuto após o reatamento, e beneficiando de jogada confusa junto da baliza de César, ACÁCIO fez a bola ultrapassar o risco, alcançando o tento dos axadrezados.

Aos 49 m., num excelente lance individual, CLEO repôs a igualdade — que ficaria inalterável até ao fim. Do lado esquerdo, no limite da grande área, num ângulo fechado, arrancou poderoso remate, que surpreendeu Vítor Cabral.

•

Para as aspirações dos beiramarenses, o empate obtido no Bessa foi deveras oportuno — dado que serve para contrabalançar, em parte, os pontos já cedidos em Aveiro (Atlético e Leixões). Pelo

Continua na penúltima página

ARQUIVO

Resultados da 7.ª jornada:

LEIXÕES — U. COIMBRA . .	0-0
BOAVISTA — BEIRA-MAR . .	1-1
MONTIJO — SPORTING . .	0-0
ATLÉTICO — BARREIRENSE .	1-3
BENFICA — BELENENSES . .	5-0
V. GUIMARÃES — V. SETÚBAL	1-0
FARENSE — PORTO	1-1
C. U. F. — U. TOMAR . . .	2-1

Mapa de pontos:

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Benfica	7	7	0	0	34-2	14
Sporting	7	5	1	1	15-6	11
Belenenses	7	4	2	1	10-10	10
V. Setúbal	7	4	0	3	19-7	8
V. Guimarães	7	4	0	3	12-7	8
Porto	7	2	3	2	8-7	7
Montijo	7	3	1	3	6-6	7
Boavista	7	3	1	3	9-12	7
Leixões	7	3	1	3	7-11	7
C. U. F.	7	3	0	4	9-12	6
U. Tomar	7	3	0	4	7-13	6
BEIRA-MAR	7	2	2	3	6-15	6
Barreirense	7	2	1	4	9-16	5
U. Coimbra	7	1	2	4	2-9	4
Farense	7	1	2	4	6-16	4
Atlético	7	0	2	5	5-15	2

Próxima jornada:

BEIRA-MAR — C. U. F.
U. COIMBRA — BOAVISTA
SPORTING — LEIXÕES
BARREIRENSE — MONTIJO
BELENENSES — ATLÉTICO
V. SETÚBAL — BENFICA
PORTO — V. GUIMARÃES
U. TOMAR — FARENSE

RECORTES

RUBRICA COORDENADA PELO DR. LÚCIO LEMOS

Desporto de massas e Desporto de «élite»

«O caminho para as nossas vitórias olímpicas do futuro passa pela generalização do Desporto a todos os portugueses; a massificação do Desporto dará a Portugal, por uma via honesta e correcta, os seus campeões e as suas medalhas».

Estas palavras do dr. Augusto de Ataíde, Secretário da Juventude e Desportos, não pretendem, evidentemente, escamotear o comportamento mais ou menos modesto dos «olímpicos» portugueses. Estou certo de que tais afirmações correspondem a uma concepção desenvolvimentista no plano desportivo em equação, embora eu saiba de afirmações semelhantes (e, neste caso, sim, para escamotear a realidade) de elementos responsáveis pelo Desporto em vários países europeus — industrialmente avançados.

Mas isso não significa que concordemos com a relação mecânica entre Desporto de massa e de «élite». Evidentemente que a educação física e desportiva não deve estar subordinada à fabricação de uma «élite» (como se faz, por exemplo nos Estados Unidos). O Desporto de alta competição ou de «élite» deve ser a consequência de uma prática desportiva de massa, *mas completada por um esforço particular, científico e económico, em função* (e porque não?) *do alto nível contemporâneo das grandes «performances»*. Podemos afirmar que um programa democrático e realista das coisas desportivas deverá consagrar atenção particular à promoção de praticantes de alto nível, porque estes não resultam *mecânicamente* do Desporto de massa.

Por exemplo: a educação física, começa, como é sabido, na Alemanha Democrática, no jardim-de-infância — com seis horas de jogos por semana (ver artigo de Yvon Adam em «A Outra Alemanha», Publicações D. Quixote), mas na própria vida escolar existe uma forma de especialização: os «grupos de treino». O autor citado (colaborador de «Le Monde») fala-nos do esforço empreendido para implantar e desenvolver uma ciência autónoma do Desporto, afirmando que a R. D. A. reconheceu *que não há relações mecânicas filiações automáticas, entre a prática de massa e os resultados da «élite»*.

Atenção, pois: o apelo insistente à generalização do Desporto de massa, à quantatitificação desportiva, pode corresponder a um alibi por parte de treinadores, técnicos e adeptos incondicionais de turismo desportivo, etc. para iludir responsabilidades e incapacidades... É que uma concepção não superficial da relação entre massa e «élite» implica simultâneamente esforços quantitativos e qualitativos.

Palavras de «Outsider», publicadas no Suplemento Desportivo de «O Século», de 2/10/72

Sanado o incidente «PAULINHO»-SOARES

Na penúltima sexta-feira, já depois de expedido o número do LITORAL da semana finda, a Junta Directiva do Sport Clube Beira-Mar enviou-nos um novo comunicado relativo ao incidente ocorrido no treino da véspera, e sobre o qual emitira a nota que demos a público no jornal de sábado.

A leitura do novo texto — que adiante publicamos — mostra-nos que o «caso» se encontra pràticamente solucionado, e honrosamente solucionado, acrescentamos, para bem da disciplina que os dirigentes do Beira-Mar desejam manter, a tudo o custo, dentro da equipa.

O comunicado é do seguinte teor:

Na sequência das averiguações preliminares na elaboração do in-

Continua na penúltima página

CAMPEONATOS DE AVEIRO

SENIORES

A prova inicia-se hoje, com jogos marcados para as 21.30 horas, em Ílhavo e Aveiro. «Folga» o Sangalhos, havendo este programa:

ILLIABUM — SANJOANENSE
GALITOS — ESGUEIRA

JUNIORES

A segunda jornada concluiu deste modo:

SANGALHOS — GALITOS . .	27-33
SANJOANENSE — ESGUEIRA	adiado
ILLIABUM — BEIRA-MAR . .	53-41

Classificação: Galitos, 4 pontos. Illiabum, Esgueira e Sangalhos, 2. Beira-Mar e Cucujães, 1. Sanjoanense, 0 (a turma de S. João da Madeira ainda não se estreou). Galitos e Sangalhos têm mais um jogo que os outros grupos.

Próximos jogos:

Hoje — ESGUEIRA — BEIRA-MAR (16 horas), no Pavilhão de Aveiro; e SANGALHOS — CUCUJAES (21.30 horas), em Sangalhos.

JUVENIS

Desfechos apurados na segunda jornada:

ILLIABUM — SANGALHOS . .	41-10
GALITOS — BEIRA-MAR . . .	58-44

Classificação: Illiabum, 4 pontos. Beira-Mar, 3. Galitos e Sangalhos, 2. Esgueira, 1. Galitos e Esgueira têm menos um jogo que os outros grupos.

Próximos jogos:

Amanhã — ILLIABUM — GALITOS e ESGUEIRA — SANGALHOS, ambos às 10.30 horas, respectivamente nos pavilhões de Ílhavo e Aveiro.

AVEIRO NAS PROVAS FEDERATIVAS

NACIONAL DA II DIVISÃO

Resultados da 5.ª jornada:

Gil Vicente — Penafiel	1-0
Covilhã — Fafe	0-0
LAMAS — Braga	0-0
OLIVEIRENSE — SANJOANENSE .	2-2
Académica — Riopele	2-0
Vilanovense — ESPINHO	1-1
Tirsense — Varzim	2-0
Famalicão — Salgueiros	3-1

Tabela geral — Académica, 8 pontos. Espinho e Gil Vicente, 7. Fafe, Famalicão e Oliveirense, 6. Braga, Varzim e Covilhã, 5. Penafiel, Lamas, Sanjoanense e Vilanovense, 4. Salgueiros, Riopele e Tirsense, 3.

Próxima jornada:

Penafiel — Famalicão
Fafe — Gil Vicente
Braga — Covilhã
SANJOANENSE — LAMAS
Riopele — OLIVEIRENSE
ESPINHO — Académica
Varzim — Vilanovense
Salgueiros — Tirsense

NACIONAL DA III DIVISÃO

Resultados da 3.ª jornada:

ZONA A

S. Pedro da Cova — Vianense .	1-2
Aves — Avintes	2-1
Chaves — Vizela	1-1
Vila Real — Régua	1-0
Lamego — Valpaços	4-0
Moncorvo — Freamunde . . .	0-2
Leça — LUSITÂNIA	0-1
Limianos — Esposende	1-2

ZONA B

Febres — VALECAMBRENSE . .	2-0
Naval — Vilar Formoso . . .	5-0
Mangualde — Gouveia	0-3
FEIRENSE — ALBA	3-0
ANADIA — A. Viseu	0-1
Mortágua — Ala-Arriba	0-1
PAÇOS BRANDÃO — C. Branco .	3-1
OVARENSE — Marialvas	1-1

Tabelas de pontos:

ZONA A — Lusitânia, 5 pontos. Régua, Avintes, Vizela, Aves, Esposende, Freamunde e Vianense, 4. Chaves e Lamego, 3. Valpa-

Continua na penúltima página

Sumário DISTRITAL

Começaram a disputar-se, no domingo, os Campeonatos Distritais da Associação de Futebol de Aveiro, com as provas para as categoria de Juniores (com 29 concorrentes, em três zonas) e de juvenis (com 20 concorrentes, em duas zonas).

A ronda de abertura proporcionou os seguintes desfechos:

JUNIORES

Zona A

Lusitânia — Corfi	1-1
Esmoriz — Ovarense	1-0
Sanjoanense — P. Brandão	1-1
Lamas — Cortegaça	2-0
Espinho — Feirense	0-0

Zona B

Oliveirense — S. Roque	1-2
Arrifanense — Pinheirense	1-0
Bustelo — Cucujães	4-1
Estarreja — Cesarense	0-0

Zona C

Beira-Vouga — Recreio	2-6
Pampilhosa — Mealhada	1-0
Luso — Valonguense	0-2

Continua na penúltima página

PESCA

XII CONCURSO DO CAFÉ GATO PRETO

Está marcado para amanhã, entre as 8 e as 12 horas, no Molhe Norte da Barra, o *XII Concurso de Pesca do Café Gato Preto* — competição reservada aos habituais frequentadores daquele típico café aveirense.

Há, este ano, 51 inscritos, que, dentro das regras *sui generis* do concurso, vão bater-se pela conquista dos prémios, numerosos e valiosos, em luta com os peixes — que não devem faltar nas águas da Barra.

A comissão promotora da prova é constituída pelos desportistas Augusto Varela, Júlio Eduardo Pereira da Silva, Manuel Cabral Monteiro, João Morais, António Luís da Costa e Amadeu Nogueira.

CAMPEONATOS NACIONAIS

Resultados da 2.ª jornada:

I DIVISÃO

PROGRESSO — TÉCNICO . .	22-17
ACADÉMICO — SPORTING . .	12-15
BEIRA-MAR — PORTO	15-21
ALMADA — C. OURIQUE . .	16-11
BELENENSES — BENFICA . .	22-14
V. SETÚBAL — ATLÉTICO . .	16-11

RESERVAS

BEIRA-MAR — PORTO	13-17
ALMADA — C. OURIQUE . . .	20-9
BELENENSES — BENFICA . .	17-24
V. SETÚBAL — ATLÉTICO . .	16-15

Tabelas classificativas:

I Divisão

	J.	V.	E.	D.	Bolas	P.
Belenenses	2	2	0	0	49-23	6
Porto	2	2	0	0	35-27	6
Almada	2	2	0	0	32-26	6
V. Setúbal	2	2	0	0	31-25	6
Benfica	2	1	0	1	37-25	4
Progresso	2	1	0	1	38-34	4
Sporting	2	1	0	1	27-26	4
Académico	2	1	0	1	29-30	4
Técnico	2	0	0	2	32-39	2
C. Ourique	2	0	0	2	25-31	2
Beira-Mar	2	0	0	2	25-44	2
Atlético	2	0	0	2	20-43	2

Continua na penúltima página

POSTAL DE LUANDA

ESCRITO PELO TENENTE JOAQUIM DUARTE

Anunciada a vinda para Angola, com as habituais trombetas da fama, que sempre o rodeiam, teve agora o seu desfecho desportivo, que não o jurídico, um caso, mais um, relacionado com o discutido treinador Joaquim Meirim.

O sonho do F. C. de Luanda esfumou-se, dum momento para o outro, em virtude de não ter havido acordo entre as partes interessadas, isto é, os objectivos que uns e outros pretendiam atingir nas suas bases de trabalho.

Dum lado, o clube azul-branco, ligado à construção daquilo a que pode chamar-se o maior complexo desportivo português; do outro, Joaquim Meirim, contactado para dirigir, na qualidade de Director, um Gabinete Técnico-Desportivo, a organizar nos moldes e condições mùtuamente aceites a prestar serviços de ordem técnica, extensivos às seguintes modalidades: Futebol — Basquetebol — Hóquei em Patins e Ciclismo — como se diz na Carta-Compromisso-Mútuo, assinada por elementos de ambas as partes.

Continua na penúltima página

Litoral
SEMANÁRIO
AVEIRO, 28 - OUTUBRO - 1972
ANO XIX - N.º 934 - AVENÇA

DESPORTOS

SECÇÃO DIRIGIDA POR ANTÓNIO LEOPOLDO